

## 3

# A Compreensão Fenomenológica das Vivências

### 3.1

#### Princípios Básicos da Fenomenologia

A fenomenologia é uma corrente filosófica cujo precursor foi Edmund Husserl, matemático e filósofo nascido em 1859 na Moravia (atual República Tcheca) e falecido em 1938. Husserl possui uma obra vasta, de difícil interpretação, com vários manuscritos ainda não publicados. Porém, sua produção literária é profundamente marcada pela preocupação com a crise das ciências, especialmente no tocante à compreensão dos fenômenos humanos.

No final do séc. XIX, a ciência e a filosofia recebiam uma intensa influência do positivismo, criado por Auguste Comte, movimento filosófico que atribuía extraordinário valor ao conceito de razão e ao método científico como forma de conhecimento legítimo, tanto do mundo quanto do ser humano. Seus pressupostos enfatizavam a ciência como a única forma de conhecimento possível e o método científico como o único válido, devendo ser utilizado em todos os campos do conhecimento. Assim, somente seriam autênticos os conhecimentos advindos de fatos observados e que permitissem a elaboração de leis gerais regentes dos fenômenos naturais. Tais leis possibilitariam a previsão dos fenômenos e, por isso mesmo, facilitariam o controle, a interferência e a transformação da realidade por parte do homem. Sua influência acarretou um grande avanço tecnológico e científico e seus reflexos perduram até os dias de hoje nas ciências naturais (Abbagnano, 2003; Bello, 2004; Cotrim, 1993).

Por ciências naturais, entendem-se tanto aquelas que se referem à natureza material (física, matemática, por exemplo), quanto as que se referem às ciências do ser humano e dos animais (fisiologia, anatomia) e as ciências do espírito (como a história e a sociologia). Elas partem da experiência e têm o mundo como objeto a ser investigado.

Ao se referir às ciências naturais, Husserl introduz o conceito de atitude natural, na qual o mundo é apreendido como “estando aí”. Por conseguinte,

“encontro constantemente à disposição, como estando frente a frente comigo, uma efetividade espaço-temporal da qual eu mesmo faço parte, assim como todos os outros que nela se encontram e que de igual maneira estão a ela referidos” (Husserl, 2006, p. 77).

Ele enfatiza tal efetividade no sentido de estar-aí-no-mundo, aceitando-o de uma forma dada, tal como ele se oferece a nós, independente da nossa presença. A atitude natural reflete, então, uma dualidade sujeito-objeto, interno-externo. Vale ressaltar que por “mundo”, entendem-se não apenas as coisas materiais, mas também os valores, bens, conceitos, idéias, etc. Trata-se de uma postura original de orientação para o mundo, sem considerar a consciência. As coisas, simplesmente estão no mundo da mesma forma para todos (assim como eu mesmo). Segundo Husserl (2006), essa é a atitude característica das ciências naturais, que buscam conhecer o mundo de forma abrangente, confiável e completo (conhecimento que poderia ser explicitado predicativamente como “Isso é...” ou “Isso ocorre dessa forma...”).

Entretanto, Husserl foi um grande crítico da utilização do método das ciências naturais nas investigações sobre o ser humano. Ele afirma:

(...) a ciência objetivista toma o que ela chama o mundo objetivo como sendo o universo de todo o existente, sem considerar que a subjetividade criadora da ciência não pode ter seu lugar legítimo em nenhuma ciência objetiva. Aquele que é formado nas ciências naturais julga evidente que todos os fatores puramente subjetivos devem ser excluídos e que o método científico-natural determina, em termos objetivos, o que tem sua figuração nos modos subjetivos da representação. Por isso, busca o objetivamente verdadeiro também no plano psíquico. (HUSSERL, 1996, p. 80).

Assim, ele estende sua crítica também à psicologia da época que, na tentativa de se tornar científica ao fazer uso do método das ciências naturais e da perspectiva positivista, mostrava-se incapaz de refletir sobre a essência do espírito<sup>1</sup> e da psique humana. Ao desconsiderar a especificidade de seu objeto, investigando-o como se se tratasse de um objeto de natureza física, ela desprezaria a principal característica que distingue o homem dos outros seres: sua subjetividade (Husserl, 1996).

---

<sup>1</sup>Espírito é utilizado aqui no sentido do princípio do pensamento e da reflexão do homem (Abbagnano, 2003).

Nesse sentido, o autor propõe, então, uma mudança radical de atitude. Para isso, ele sugere o *ensaio de dúvida universal* como método para abandonar a atitude natural. Ao proceder dessa forma, duvidando de nossas mais firmes convicções e de toda a objetividade que nos é dada na atitude natural, ou seja, “colocando-as entre parênteses”, não negamos o mundo, mas abrimo-nos para a descoberta do novo. Após essa “retirada de cena” de tudo que for *a priori* a relação entre a consciência e o objeto apreendido, Husserl afirma que o que resta são os vividos ou a “consciência pura ou transcendental”. Essa nova postura de questionamento das coisas do mundo é a chamada *redução fenomenológica* (Husserl, 2006).

Foi nesse contexto que a fenomenologia surgiu, como uma proposta de reflexão sobre os fenômenos da consciência. Fenomenologia é uma combinação das palavras gregas *phainomenos*, que significa “aquele que se mostra” e *logos*, que pode ser entendido como “pensamento ou capacidade de reflexão”. Assim, etimologicamente, fenomenologia é a reflexão sobre um fenômeno ou sobre aquilo que se mostra. Mas na concepção husserliana, a fenomenologia é o estudo de tudo aquilo que se apresenta à consciência (ou seja, os fenômenos).

Para Husserl, consciência e objeto não são entidades separadas, mas eles se definem a partir dessa relação devido ao caráter intencional da consciência: a consciência é sempre “consciência de” e o objeto é sempre “um objeto para a consciência”. Sem essa relação, não há nem consciência, nem objeto. Por isso, a consciência é a única fonte do conhecimento. Ao unificar a consciência e o objeto, a intencionalidade da consciência atribui um sentido ao fenômeno que se apresenta. Em outras palavras, nós não temos acesso direto aos objetos e às coisas do mundo; nós só temos acesso a eles sob a forma de fenômenos que se apresentam à consciência e dotados de um sentido. A consciência deixa de ser vista como uma caixa que contém as coisas do mundo, e passa a ser concebida como consciência dirigida ao mundo (Husserl, 2006).

Zilles (1996), na introdução da edição brasileira da obra *A Crise da Humanidade Européia e a Filosofia*, de Husserl, ressalta que uma das grandes descobertas desse autor é a intencionalidade da consciência, sendo, portanto a consciência:

uma corrente de experiências vividas. (...) Não é uma substância (alma), mas uma atividade constituída por atos (percepção, imaginação, volição, paixão, etc.) com os quais visa a algo. Vale-se da noção de intencionalidade para esclarecer a natureza das experiências vividas da consciência. A intencionalidade é de natureza lógico-transcendental, significando uma possibilidade que define o modo de ser da consciência como um *transcender*, como o dirigir-se a outra coisa que não é o próprio ato da consciência. (HUSSERL, 1996, p. 29)

Assim, Husserl propõe a atitude fenomenológica como meio para a contemplação<sup>2</sup> das intencionalidades da consciência e, conseqüentemente, de suas vivências. Ela permite a apreensão do sentido do fenômeno e, com isso, o acesso ao domínio dos vividos. Diz ele:

O mundo material não é uma parte qualquer, mas a camada fundamental do mundo natural, à qual todo outro ser real está essencialmente referido. O que ainda falta a ele, são as almas dos homens e dos animais; e o que trazem de novo é, antes de tudo, o seu ‘vivenciamento’, junto com a referência, na forma de consciência, ao mundo que os circunda (HUSSERL, 2006, p. 94).

Portanto, ao estar voltada para um objeto, minha consciência opera num “modo de atualidade”, apreendendo as características do objeto percebido. Entretanto, Husserl (2006) salienta que toda percepção tem um “halo de intuições de fundo” (lembranças, associações, sentimentos e outras presentificações, enfim, vivências), que também se manifesta no momento de “estar voltada para” o objeto, mas no “modo de inatualidade”. Esse “halo de intuições de fundo” caracteriza o vivido da consciência e sustenta não só a percepção, mas o sentido que lhe é atribuído pela consciência intencional. É através da redução fenomenológica (e não da atitude natural) que será possível o acesso a esse fluxo de vivências. Para o autor, essa é a grande contribuição da fenomenologia.

### 3.2

#### **A Vivência como Elemento Constitutivo da Experiência**

A perspectiva que me interessou nessa pesquisa foi a da investigação da vivência de família de pessoas que moram numa comunidade popular, tal como descrita por elas. Para tanto, faz-se necessário um maior esclarecimento acerca desse conceito, do modo como considerado no presente trabalho.

---

<sup>2</sup>Contemplação, aqui, é entendida como a ausência de preocupações racionais.

Etimologicamente, vivência deriva do grego *viventia*, que significa “o fato de ter vida”. Bello (2005), partindo de uma leitura fenomenológica desse conceito, conforme proposto por Husserl, concebe a vivência como referindo-se a atos psíquicos pertencentes à estrutura própria de todo ser humano, tais como a percepção, a reflexão, a lembrança, a imaginação e a fantasia. Trata-se de atos universais, com conteúdos absolutamente diversos, acompanhados pela consciência, os quais se remetem a três dimensões humanas: corpo, psique e espírito (este último entendido enquanto produção do pensamento). A cada instante de nossa vida, estamos ativando vivências. Por exemplo: a percepção de um objeto nos evoca a lembrança de uma situação anterior que nos permite apreendê-lo, desencadeia em nossa pessoa uma resposta emocional no instante em que nos deparamos com ele, podendo despertar também uma fantasia, e assim por diante. Por conseguinte, as vivências se dão de modo processual, estão em movimento, tais como a perspectiva de um caleidoscópio, cuja alteração em um de seus componentes afeta o todo. Sua importância reside na constituição da subjetividade do homem e, conseqüentemente, na sua relação consigo mesmo, com o outro e com o mundo, pois trata-se de um elemento fundamental do ser humano na sua estruturação de mundo.

Lersch (1971), partindo também da perspectiva fenomenológica, concebe a vida como uma totalidade na qual estão entrelaçados os processos e estados anímicos que conhecemos a partir da experiência imediata. Porém, se todo anímico é um vivente, nem todo vivente está animado, uma vez que “o anímico só se dá quando, nas formas vivas, a vida torna-se, por assim dizer, iluminada desde dentro, pelo que designamos, como um conceito geral e mais neutro possível, como vivência” (p. 12). O ser humano está mergulhado num mundo circundante, que constitui seu espaço vital, ao qual ele está vinculado de modo inextricável através da vivência, que é justamente o diálogo entre a pessoa e o mundo externo. Para o autor, vida e vivência não são palavras sinônimas, pois esta última só ocorre quando:

o ser vivente possui capacidade de interiorizar seu mundo circundante em imagens objetivas, de afetar-se pelos seus próprios estados, de estender-se até seu ambiente impelido por suas tendências e, por fim, de atuar sobre ele de um modo ativo. (...) Com a vivência, a vida penetra numa nova dimensão (LERSCH, 1971, p. 13).

Assim, para que a vivência se realize, é fundamental que a comunicação do ser vivo com seu mundo circundante seja acompanhada do que Lersch (1971) chama de um “dar-se conta”. Este pressupõe que para que a pessoa vivencie algo, ela precisa estabelecer uma comunicação ou uma conexão com seu mundo circundante, não apenas no sentido racional, mas “escalonadamente, como primeira apreensão sensorial, como percepção consciente e como apreensão intelectual” (p. 12). Trata-se de um momento importante para orientar a pessoa no ambiente ao qual está ligada através da comunicação, sendo, portanto, a vivência um processo promotor do desenvolvimento e da conservação do indivíduo em sua relação com o mundo.

Lersch (1971) assinala ainda o *círculo funcional da vivência*, um processo composto por quatro elementos integrados, necessários à ocorrência do fenômeno psíquico designado como vivência: a tendência, a percepção, a afetação e a conduta ativa.

O primeiro elemento desse contato entre o ser vivente e o mundo circundante é a tendência. O ser vivente não reproduz internamente o mundo circundante de forma automática e passiva, todavia o faz de forma vinculada às suas necessidades internas, as quais emergem no contato com o mundo sob a forma de impulsos, cuja satisfação promove tanto o desenvolvimento quanto a conservação de sua existência. Desse modo, ele afirma que: “A cada necessidade corresponde um impulso, e cada impulso contém o tema de uma necessidade. (...) São essas necessidades, correspondentes ao plano de construção do ser vivo, que realçam certos setores do mundo circundante, colocando em estado de alerta a percepção.” (p. 15).

A percepção é, portanto, o segundo elemento fundamental da vivência. É mediante uma percepção seletiva e ativa diante da multiplicidade de estímulos externos, que o ser humano vai entrar em contato com o mundo circundante e se orientar nele.

A afetação é o terceiro momento do círculo funcional da vivência, e refere-se à repercussão, no nosso mundo interior, dos frutos da percepção do mundo circundante. O sentir-se afetado implica numa significação e numa valência. Lersch (1971) define essa afetividade como o reflexo do percebido nos estados subjetivos. Em seus estágios superiores, esse elemento origina os sentimentos superiores tais como o amor, o medo, a inveja, o respeito, etc.

O quarto e último elemento do círculo funcional da vivência é a conduta ativa, que é o movimento do ser vivente em direção ao mundo, no sentido de suas necessidades, percepções e afetividades. Afirma Lersch (1971): “O ser vivo animado projeta pela segunda vez no horizonte do mundo como o fez primeiramente na busca interrogante das pulsões e tendências. Se estas provêm de uma tensão das necessidades, a conduta ativa tende a dissolver aquela tensão.” (p. 15)

É importante ressaltar que todos esses elementos do círculo funcional da vivência possuem um caráter evolutivo ao longo do desenvolvimento humano, tornando-se cada vez mais complexos desde o bebê até a fase da vida adulta.

Apesar de não se referir literalmente à palavra “vivência”, AmatuZZi (1996b, 2001a, 2001b) tece diversas considerações sobre o “vivido”, cuja concepção pode ser considerada semelhante ao conceito de vivência proposto por Husserl (1996, 2006) e por Lersch (1971). Segundo esse autor, vivido “é a nossa reação imediata àquilo que nos acontece, antes mesmo que tenhamos refletido ou elaborado conceitos” (2001a, p. 53). Em outras palavras, é a forma com que a pessoa avalia o que *lhe* acontece, antes mesmo de ela tecer racionalizações sobre o fato ocorrido e antes dos sentimentos formulados. Implica uma conexão com seu centro pessoal, num plano em que não há ainda distinção entre o pensar e o sentir, mas cujo impacto do vivido já possui alguma significação (1996b, 2001a, 2001b).

AmatuZZi (2001a) faz ainda uma distinção entre vivido puro e vivido pleno. Aquele se refere ao sentimento primeiro, à reação interior imediata. Ele tem uma inscrição mínima na consciência, ainda primitiva, como um dar-se conta, uma linguagem interior, uma interpretação fundadora de um pensamento primeiro ou de um dizer original. A isso se segue uma ação, como expressão primeira do vivido, como uma resposta ao que nos acontece. Esses três momentos de um mesmo processo constituiriam, então, o vivido pleno, originária no centro ou “coração” da pessoa; seria, segundo ele, uma relação, uma abertura ao outro.

A importância da vivência reside no fato de ser uma referência fundamental na orientação da vida, mesmo não se tendo consciência clara dela. De acordo com Forghieri (1993), isso se dá porque o homem tem consciência de sua própria vida e daqueles com quem se relaciona e atribui significados às situações de sua existência. Assim, “as situações que alguém vivencia não possuem, apenas, um significado em si mesmas, mas adquirem um sentido para

quem as experienciava, que se encontra relacionado à sua própria maneira de existir” (p. 58). A autora complementa, ressaltando ser esse sentido uma experiência íntima, cuja observação externa freqüentemente escapa.

### 3.3

#### Uma Breve Distinção entre “Vivência” e “Experiência”

Na linguagem do senso comum, muitas vezes as palavras “vivência” e “experiência” são utilizadas como palavras sinônimas. É possível dizer “Eu tive a vivência de estudar piano”, no sentido de se ter passado por essa experiência. Em sua conotação geral, a palavra “experiência” refere-se a um certo tipo de conhecimento, fruto da relação direta do sujeito com a realidade, incluindo, às vezes, a idéia de repetição. Por exemplo, dizer que alguém é experiente num determinado assunto significa que ele já se deparou com tal assunto várias vezes, o que dá à experiência um caráter de confiabilidade.

Entretanto, na linguagem psicológica, vivência e experiência possuem diferentes significados. “Experiência”, seja na origem grega *empeiria*, no latim *experientia*, ou no alemão *Erfahrung*, significa “tentar”, “comprovar”, ou num sentido mais amplo, percorrer o objeto em todos os sentidos. “Ex” é um prefixo do latim que exprime “estar orientado, aberto para fora”, “estar exposto a”.

Boff (2002) define a palavra experiência como “a ciência ou o conhecimento (ciência) que o ser humano adquire quando sai de si mesmo (*ex*) e procura compreender um objeto por todos os lados (*peri*).” (p. 39). Ela decorre do encontro do ser humano com o mundo, e é justamente o conhecimento resultante dessa reciprocidade. A experiência revela, então, uma característica constitutiva do ser humano enquanto *ex-istente*, ou seja, enquanto ser-no-mundo, em interação constante com o outro. Por isso, implica necessariamente uma atitude de abertura e disponibilidade. Ela contém dois elementos fundamentais: um subjetivo, que é a consciência, carregada de significados, e outro objetivo, que são os objetos do mundo.

Vaz (1986) caracteriza a experiência humana como uma estrutura entre dois pólos: o da *presença* do objeto que é o fenômeno, e o da *consciência* do sujeito, circunscrevendo-a segundo o conhecimento intelectual (apesar de ela ser considerada plena, quando envolve a totalidade da pessoa), e diferenciando-a de

outros atos psíquicos, tais como o sentimento ou a vivência. Trata-se de uma relação ativa entre a consciência e o fenômeno, que pode assumir diversas formas de expressão de seus significados através da linguagem. Diz ele:

(...) a experiência não é senão a face do pensamento que se volta para a *presença* do objeto. Daqui se infere imediatamente uma proporção entre a plenitude da presença e a profundidade da experiência, ou seja, a penetração dessa plenitude pelo ato de pensar. (VAZ, 1986, p. 243)

Apesar de inter-relacionadas, “experiência” e “vivência” possuem conotações diferenciadas, sendo expressas por Boff (2002) da seguinte maneira:

A vivência é a situação psicológica, as disposições dos sentimentos que a experiência produz na subjetividade humana. São as emoções e valorações que antecedem, acompanham ou se seguem à experiência dos objetos que se fazem presentes no interior da psique humana. (...) É consequência e resultado da experiência na psique humana. Ela pertence ao fenômeno total da experiência, mas este é mais amplo e profundo do que aquele, a vivência. (BOFF, 2002, p. 43)

Valle (1998) utiliza dois vocábulos da linguagem alemã para explicitar dois sentidos de “experiência”: *Erlebnis* e *Erfahrung*. Esta distinção pode ser útil na compreensão dos termos “vivência” e “experiência”, conforme utilizados nesta pesquisa. A vivência (*Erlebnis*) é dotada de um sentido promotor de uma ressonância na pessoa, é vivida “de dentro”, mobilizando algum tipo de emoção, pois toca sua subjetividade, envolvendo-a, apesar de não excluir, necessariamente, a sua elaboração pelo pensamento. Já a experiência (*Erfahrung*) possui teor e densidade menos subjetivos que a vivência, pois tem uma conotação de externalidade, referindo-se a algo que é percebido sensorialmente e que pode ou não conduzir ao que está no interior. Ela não pode ser reduzida a um sentimento, memória ou idéia, conquanto abarque essas dimensões.

Portanto, a vivência pode ser entendida como a ressonância ou o impacto que se dá na subjetividade da pessoa a partir da interação entre a consciência e a realidade. É pré-reflexiva, no sentido de ser anterior a qualquer elaboração racional, referindo-se, por conseguinte, ao nível do imediato. Diferentemente, a experiência implica um juízo, uma reflexão, um elemento cognitivo mais forte que a vivência não possui. Entretanto, a vivência é um elemento constitutivo da experiência, sem a qual não há experiência, mas um mero conhecimento intelectual, enquanto reprodução irrefletida da realidade. Nesse sentido, a

experiência diz respeito, então, à incorporação dos conhecimentos adquiridos a partir da elaboração da vivência. Por exemplo: uma mulher pode possuir a vivência de suas constantes brigas conjugais, talvez até por um longo período e passar a vida inteira experimentando essa vivência. Isso só se transformará em experiência, a partir do momento em que ela começar a se fazer questionamentos, tais como: o que desencadeia as brigas; qual sua postura diante dos impasses com o marido; qual sua resposta emocional ao comportamento dele; quais seriam outras possibilidades de resolver conflitos, e assim por diante. A reflexão dessa natureza possibilitaria uma elaboração de sua vivência e, conseqüentemente, constituir-se-ia uma oportunidade de crescimento pessoal (ainda que as brigas continuassem).